

Historiografia da alfabetização em Portugal¹

Justino Magalhães

(Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa)

1. A temática da história da alfabetização em Portugal, nos períodos Moderno e Contemporâneo, tem sido objecto de vários estudos, no plano interno e no contexto europeu.

No Mundo Ocidental, a Idade Moderna foi atravessada por movimentos económicos, científicos e sócio-culturais que ficaram plasmados no quadro mais amplo da Cultura Escrita. Com o desenvolvimento de uma economia à escala mundial, correlativa da mecanização da produção e da mercantilização das relações de trabalho, a cultura material passou também ela a estruturar-se progressivamente com base na escrita. Através da mecanização da imprensa tipográfica e da multiplicação e maior acessibilidade dos materiais impressos (livros, gazetas, jornais), associadas ao incremento da escrituração notarial e jurídica, contabilística, chancelaresca, a cultura escrita tornara-se eixo central do desenvolvimento e do progresso históricos. O sentido histórico da Idade Moderna europeia é indissociável da cultura escrita, em torno da qual se estruturaram as grandes sínteses científicas, filosóficas, teológicas que, no século XVIII, marcaram o Movimento das Luzes e a transformação político-ideológica operada pelas Revoluções europeia e norte-americana.

Mas se a cultura escrita foi fundamental à Europa e ao Mundo Ocidental da Idade Moderna, é no período contemporâneo que a alfabetização e a escolarização se universalizam, constituindo factores de simbolização, mobilização e acção sobre a realidade material e sócio-cultural, e factores de estruturação, nos planos social e antropológico. A cultura escrita constitui um fenómeno amplo que integra no plano histórico as dimensões de simbolização, evolução, materialização, apropriação e acção.

Tomando por referência uma obra de síntese recentemente publicada por Rab Houston,² a análise do movimento letrado na Europa Moderna até ao século XVIII pode

¹ Publicação: Candeias, António (coord.). (2005). *Modernidade, Educação e Estatísticas na Ibero-América dos séculos XIX e XX: estudos sobre Portugal, Brasil e Galiza*. Lisboa: Educa e Autores, p. 207-218.

² Houston, R. A. (2002) *Literacy in Early Modern Europe: culture and education 1500 – 1800* (2ª ed). London: Longman.

estruturar-se com base no seguinte triângulo fundamental: a necessidade *versus* contexto da cultura escrita; a escolarização; a literacia. Esta estrutura conceptual que reflecte uma orientação epistémica e metodológica, combinando o estrutural e o funcional, permite que o autor, a partir da inventariação e da caracterização do fenómeno e do movimento generalizado e multifacetado da escolarização, deduzas as necessidades e os contextos em que se desenvolvem os acessos e as práticas da cultura escrita. Permite igualmente que Rab Houston infira sobre o impacto, a significação e a apropriação que os diversos públicos fizeram da leitura e da escrita, desde a elementaridade literária, à educação “secundária”, profissional, universitária, incluindo as implicações sócio-culturais da evolução tecnológica ao nível da produção e da divulgação dos materiais gráficos, manuscritos e impressos e as mudanças de atitude face à realidade.

Sem um público leitor e escrevente não haveria cultura escrita e se esta existe e se tornou central ao desenvolvimento histórico é porque aos contextos e às necessidades se vieram associar formas de mobilização e de expressão. É este sentido alargado e historicamente irreversível da escolarização que leva Rab Houston a dedicar ao mundo da escola e à aprendizagem cerca de metade do seu livro, ainda que, na Idade Moderna, o fenómeno da escolarização, reconhecidamente multifacetado, na sua apresentação e formas de realização, desde as mais elementares e anárquicas às mais estruturadas e aprofundadas, não seja extensivo a todos os públicos e manifestações letradas.

2. Se no Antigo Regime a escola e a escolarização constituem factores fundamentais no acesso e na mobilização dos leitores e dos escreventes, é nos séculos XIX e XX que o movimento escolar se torna verdadeiramente determinante. O mundo da escola é constituído por uma diversidade de sistemas e de currículos, mediante os públicos, as regiões, as influências e as entidades promotoras, mas em sentido restrito estratifica-se pela combinatória idade/currículo, designadamente ao nível das formações literária, humanística, profissional, e nos planos material e organizacional institui-se através de uma estrutura multifacetada.

Com a evolução da Idade Moderna, ainda que de forma lenta, foi-se operando uma normalização da educação elementar, nos seus conteúdos, espaços e agentes, sobrepondo-se à diversidade das estruturas e das modalidades de alfabetização. Esta normalização da instrução e da educação através da universalização da escola tornou-se uma prioridade, no contexto da Modernidade, pelo que, na transição para o século XX,

os países mais desenvolvidos da Europa e os Estados Unidos da América da Norte tinham já escolarizado, ao nível elementar, a sua população infanto-juvenil.

Muito embora, nos planos social, cultural, pedagógico, a escolarização como processo histórico não se confina à alfabetização e à literacia, de facto a sua universalização e obrigatoriedade, associadas a uma racionalidade e a uma prática pedagógica e didáctica marcadas pela cientificidade, converteram-na no referente principal e no meio fundamental para o acesso e a mobilização, no quadro da cultura escrita.

No que se refere ao Antigo Regime, a centralidade da escola referia-se essencialmente aos Estudos Menores, cujo acesso implicava um domínio prévio das capacidades de leitura, escrita e cálculo, quer porque, em casos como o português, foi prática comum social e legalmente legitimada, ainda no decurso das primeiras décadas do século XX, o reconhecimento e validação da alfabetização obtida em contexto não escolar, algumas correntes historiográficas têm-se revelado muito sensíveis à diferenciação e sequenciação destes dois movimentos literários (alfabetização e escolarização), não apenas pela sua internalidade, natureza e funcionamento, mas também pelas suas repercussões e implicações em termos de apropriação e mobilização para a leitura e para a escrita, em contextos reais.

Diferentemente há correntes historiográficas que tendem a aproximar e sobrepor os movimentos de alfabetização e de escolarização, ainda que reconhecendo quanto diferem, na sua centralidade, os tempos históricos de um e outro.

É de igual modo possível configurar correntes que, com base quer nos factores de diferenciação, quer nos de aproximação, se caracterizam pela interpretação destes movimentos como correspondendo a fenómenos históricos, distintos e porventura opostos, seja pela natureza específica de cada um, seja pela representação que os diferentes grupos sociais, designadamente os menos familiarizados com a cultura escrita, conferem à literacia.

3. Reflexo da problemática de relação entre alfabetização e escolarização, a história da alfabetização da sociedade portuguesa constitui um domínio do conhecimento caracterizado ainda por dois outros tipos de abordagem fundamental: abordagens fragmentárias, intensivas, tomando de forma aprofundada uma ou várias

dimensões do fenómeno; abordagens comparadas por regiões, distritos ou segmentos sócio-culturais, no todo nacional e no plano exterior.

Por sua vez, dentro do primeiro tipo podem diferenciar-se as abordagens integradas e integrativas geográfica, social e historicamente referenciadas, no quadro de uma territorialidade sócio-cultural, através de cortes sincrónicos, e as abordagens que visam um historicismo e uma diacronia dos fenómenos e dos processos. As abordagens comparativas, sejam intrínsecas ao todo nacional, sejam-no com o exterior, acentuam basicamente as diferenciações de ritmo e de intensidade com que foram sendo superadas, no caso português, as distâncias face ao exterior.

Todas estas análises integram por consequência uma historiografia que procura compreender e caracterizar o fenómeno da alfabetização, avaliando-o e explicando-o a partir de critérios significativos, através do cruzamento de variáveis fundamentais ao desenvolvimento histórico, seja no plano nacional, seja no contexto do Mundo Ocidental, designadamente da Modernidade europeia.

A procura de uma causalidade para alguns dos problemas estruturais de modernização da sociedade portuguesa, têm atraído muitos investigadores à história da educação, muito particularmente à história do ensino, sua evolução, e suas irregularidades e assimetrias, nos planos social e cultural. Ao centrar-se na relação entre ensino e sociedade, designadamente a partir das questões do desenvolvimento económico e social, a história da educação não deixa de integrar os estudos sobre alfabetização e sobre analfabetismo.³

Pode no entanto afirmar-se que, para os séculos XIX e XX, as variáveis que a historiografia interpreta como significativas são também aquelas de que há uma informação regular (oficiosa), produzida com a finalidade de memorização, fixação e comprovação da informação, e apresentada em fontes sistemáticas, como são, no caso português, os *Censos da População* e os *Anuários Estatísticos*. Produzidas num contexto oficial, e não informando criteriosamente sobre os processo de recolha e organização da informação, estas fontes, para além de se confinarem ao período estatístico, só indirectamente permitem, no que se refere à história da alfabetização, o cruzamento de informação e uma interpretação da multifactorialidade e da

³ Neste contexto, os estudos de Luís Albuquerque, Joel Serrão, Luís Torgal, no quadro de uma historiografia social, cultural, política, em sentido amplo, e, muito particularmente, os estudos de Rui Grácio, Rómulo de Carvalho, Joaquim Ferreira Gomes, Rogério Fernandes, Áurea Adão, António Nóvoa que, pela determinação do seu objecto e pela sua metodologia, constituem a História da Educação, em sentido específico, são uma referência fundamental para a historiografia da alfabetização.

multidimensionalidade dos fenómenos e dos processos em análise. As investigações desenvolvidas, tendo por principal base estas fontes oficiosas, procuram aliar um historicismo estreito do fenómeno da alfabetização com os parâmetros de contextualização e diacronia, constituída esta por uma dialéctica entre avanços e recuos, na dinâmica do processo, interpretado com base na legislação.

Outros estudos têm procurado, a partir da caracterização do processo de escolarização, sua geografia, ritmos, fluxos de acesso e níveis de aproveitamento, inferir conclusões que revelam que as irregularidades de desenvolvimento da escolarização são também irregularidades da alfabetização. São análises, que, com alguma frequência, mergulham num ciclo vicioso, pois que ora fazem corresponder a uma reduzida procura do fenómeno de alfabetização uma parca resposta, por parte dos responsáveis sociais e políticos, ora, assinalam a insuficiência da oferta, registando e compilando informações que correspondem a variáveis cuja interpretação se confina à verificação da ausência de mecanismos de formação e mobilização das populações para os desafios da cultura escrita.

4. No passado recente, o conhecimento histórico sobre a alfabetização da sociedade portuguesa conheceu avanços consideráveis, que para além do aprofundamento na caracterização e na evolução dos processos literácitos, revelaram a importância deste fenómeno na constelação de vectores que permitem compreender e explicar o atraso de Portugal face aos ritmos de progresso e de desenvolvimento dos restantes países europeus, incluindo os da Europa de Sul. Esta inovação historiográfica foi correlativa de uma abertura interdisciplinar e de uma integração de referências e de investigações onde a alfabetização não havia constituído o principal objecto de conhecimento.

Confinando esta minha apreciação à historiografia do período estatístico,⁴ começo por referir o ensaio de síntese diacrónica elaborado por Rogério Fernandes (1993).⁵ Acompanhando de perto os principais marcos legislativos referentes à instrução

⁴ A opção por centrar esta análise no período estatístico, justifica que não sejam referenciados os estudos sobre o Antigo Regime, designadamente da autoria de Francisco Ribeiro da Silva, Justino Magalhães, Rita Marquilhas.

⁵ Em síntese, Rogério Fernandes que toma como referência central a relação entre alfabetização e condição social, periodiza deste modo os «Marcos do processo histórico da alfabetização de adultos em Portugal: o movimento da educação de adultos até à Regeneração; os fogos fátuos dos anos 60; a educação de adultos e a luta ideológica nos anos 70; a euforia dos anos 80; dos anos 90 ao dealbar da

pública, Rogério Fernandes infere que o reconhecimento da importância da alfabetização fora correlativo de alguma contenção na sua implementação e no acesso por parte dos sectores ligados directamente aos ofícios e à produção material, ficando a dever-se ao associativismo laico, a partir dos finais da década de 40 do século XIX, um incentivo fundamental através do incremento de cursos de alfabetização de adultos. Nas décadas seguintes, a iniciativa particular continuou a superar a intervenção oficial, quer em termos do número de escolas e cursos nocturnos de adultos, quer no que respeita à frequência das mesmas. Mas é com o fomento das Escolas Móveis, a partir da década de 80 do século XIX e através da iniciativa não exclusivamente particular, frequentadas quer por adultos, quer por crianças, que se opera uma significativa evolução no número de alfabetizados. A política de combate ao analfabetismo encetada pelos republicanos e por outros sectores progressistas levou a uma expansão do Movimento das Escolas Móveis e a outras iniciativas na criação de cursos nocturnos e dominicais, cuja frequência era autorizada também às crianças.⁶

Conclui Rogério Fernandes que, apesar de, entre 1920 e 1950, a taxa de analfabetismo, para a população portuguesa com mais de 7 anos, ter descido cerca de 30%, a situação era de tal maneira «desprestigiante nos foruns internacionais que fora lançada a Campanha de Alfabetização de Adultos». No começo da década de 70 do século XX é criada a Direcção Geral da Educação Permanente, «o que parece marcar o reconhecimento do carácter específico da educação extra-escolar da população adulta», embora o modelo escolar fosse ainda o mais frequente. É com a criação do Plano Nacional de Educação de Base de Adultos (P.N.A.E.B.A.), em 1980, que a educação de adultos recebe uma resposta social, cultural e pedagógica adequada, passando a constituir uma questão central na política educativa e cultural.

República; a acção e a crítica da oposição republicana; a educação de adultos na 1ª República; a alfabetização no período contemporâneo».

Propondo-se «reconstituir sumariamente os estádios mais relevantes da alfabetização de adultos em Portugal, com vista a identificar o sentido dos processos adoptados e das acções empreendidas» conclui que o «longo trajecto da alfabetização de adultos no nosso país deixa-nos a impressão de uma conquista perenemente adiada (...) A impotência nacional em alfabetizar os que não dominam os mecanismos da leitura e da escrita vai a par da nossa incapacidade para assegurar uma alfabetização efectiva por meio da escolarização» (1993: 141).

Num estudo datado de 1963, Rui Grácio, tomando o ensino primário como principal meio de combate ao analfabetismo, elaborara uma síntese diacrónica em que se refere aos aspectos mais inovadores da política educativa e da pedagogia escolar, até ao final da Primeira República [Cf. Rui Grácio (1995). “Ensino Primário e analfabetismo” in *Obra Completa II. Do Ensino*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 107-115]

⁶ Assim, designadamente pelo decreto nº 5336 de 24 de Março de 1919, passavam a existir obrigatoriamente em todas as escolas cursos diurnos e nocturnos.

Outro investigador, Jaime Reis, que em dois trabalhos distintos, elaborados sob a modalidade de hipóteses explicativas, aborda a temática do analfabetismo e da alfabetização, procura razões para a longa duração das elevadas taxas de analfabetismo em Portugal. Jaime Reis (1988) questionou a veracidade das explicações que assentam no pressuposto de que o atraso da instrução na segunda metade do século XIX se ficou a dever ao reduzido peso orçamental das verbas disponibilizadas pelo Estado para a instrução pública. Comparando os orçamentos de Portugal e de Espanha, para igual período, conclui que não foi significativo o diferencial orçamental, mas que, não obstante, entre 1864-1890, a taxa de analfabetismo em Espanha baixou 32%.

Tem a historiografia procurado revelar também que, em articulação com o reduzido orçamento disponibilizado para a instrução, o número de professores habilitados e disponíveis era igualmente reduzido e como tal insuficiente para a supressão das necessidades surgidas com o incremento da instrução. Para Jaime Reis, esta explicação é improcedente, uma vez que teriam existido condições de reforço imediato e mediato do número de professores, se tal objectivo houvesse merecido prioridade. Neste contexto, presume Jaime Reis que a hipótese explicativa mais pertinente é a que se refere à escassa procura da alfabetização, associada ao reduzido empenho do Estado no fomento da instrução primária, uma vez que a escolarização e a alfabetização não eram interpretadas como meios de consolidação do estado-nação, contrariamente ao que sucedia noutros países, designadamente da Europa de Sul.

Num segundo estudo, Jaime Reis (1993) centra-se na relação entre educação e desenvolvimento económico e, prosseguindo uma análise comparativa sobre a acentuação do atraso de Portugal, entre 1850 e 1914, face aos restantes países da Europa de Sul, conclui, com base num conjunto de simulações, que entre 1864 e 1890, com um encargo acrescido da ordem dos 288 contos de réis por ano, designadamente por parte do Estado, teria sido possível elevar a taxa de alfabetização em Portugal até 32%. Prosseguindo com igual raciocínio, para o período entre 1890 e 1910, conclui que teria sido possível aumentar a taxa de alfabetização de 21% para 47%. Também o número de professores habilitados rapidamente se poderia ter tornado excedentário, a partir da rede de Escolas Normais distritais. Havia de facto uma representação pouco favorável à procura da escolarização, mas de novo Jaime Reis retoma a sua tese inicial de que «é tentador julgar que num quadro de maiores tensões, mais forte teria sido a vontade de educar e mais rápido teria sido o progresso da alfabetização em Portugal» (1993: 35).

Numa Europa marcada pela instabilidade, Portugal sobressaía pelas suas cinco, seis décadas de tranquilidade após a Regeneração.

Se com Jaime Reis o centro da questão historiográfica se transfere de um historicismo estreito para a história social, sugerindo uma focalização que tenha em atenção as resistências e a representação do fenómeno, já Rui Ramos traz ao debate uma outra perspectiva, mais interna à história cultural e à pedagogia, estruturada com base em três conceitos fundamentais: culturas, culturas de alfabetização e culturas de analfabetismo, cuja constelação forma o conceito de «vulgarização cultural». A introdução deste conceito operatório permite a Rui Ramos rever a cartografia da alfabetização no território nacional e desenvolver uma análise que releva a correlação entre as culturas e as pedagogias de alfabetização. Com efeito, com base nos dados sobre alfabetização de homens e mulheres obtidos em 1878 e 1890, vislumbram-se as distinções entre o Portugal Mediterrânico, o Norte Atlântico e o Norte Interior e, por contraste, com o Sul, pelo que, conclui, havia no Norte de Portugal «melhores condições para uma expansão razoável da cultura letrada» (1988: 1090). De idêntico modo, tomando, como referente a relação entre o número de escolas e o número de habitantes, observa que, designadamente para 1911, «não parece fácil achar um nexo entre a situação escolar e as taxas de alfabetização» (1988: 1105), o que a verificar-se, introduz uma relativização dos pressupostos historiográficos baseados na estreita correspondência entre escolarização e alfabetização.

A hipótese que Rui Ramos colocou foi a de que as irregularidades na distribuição das taxas de alfabetização poderão ser explicadas através da lógica da «vulgarização cultural», tendo em atenção que, em 1940, a sociedade portuguesa continuava a apresentar uma correlação positiva entre a propriedade e a distribuição das taxas de alfabetização, particularmente observável, entre os proprietários do Norte, e que, em 1977, o mapa da alfabetização masculina era um decalque do mapa das práticas religiosas. Mas, enquanto o primeiro fenómeno corresponde mais directamente a uma situação interna, o segundo reflecte uma tendência comum a toda a Europa Católica, no período moderno. A verificação desta hipótese permite concluir que, na segunda metade do século XIX, a expansão da rede escolar masculina é um reflexo de factores socioculturais, evoluindo mais em consentâneo com a procura de alfabetização do que com a oferta de um plano escolar previamente elaborado.⁷ A alfabetização surge assim

⁷ Esta conclusão pode aliás confirmar-se com base em vários estudos de história local, alguns dos quais elaborados por mim próprio. Tais estudos revelam que, quando confiada aos municípios, a formação e

muito dependente de uma «cultura» entendendo esta como «o conjunto de fenómenos que condicionam a sensibilidade dos actores sociais, formando uma espécie de filtro perante aqueles factores (acesso a meios de ensino, condição socioeconómica, etc.), que, em abstracto, podemos isolar como premissas de uma opção racional» (1988: 1111).

Entende todavia Rui Ramos que a veracidade desta hipótese não resolve alguns outros problemas respeitantes designadamente «à compreensão do modo como a divulgação e o uso da escrita se ligavam às relações de força entre os grupos sociais» (*ibidem*) ; «ao papel do Estado nos processos de alfabetização de massas» (1988: 1112); à relação entre alfabetização e cultura letrada. Com efeito, integrar a alfabetização numa lógica de vulgarização cultural pode não corresponder necessariamente a integrá-la na cultura letrada, estando necessariamente em questão quer a oportunidade, quer o significado que a cultura escrita e por consequência a alfabetização assumiam no quotidiano das populações. Ser alfabetizado nem sempre significou um acesso à cultura letrada.

Posteriormente, Rui Ramos voltou a questionar-se sobre a historiografia e a história da alfabetização. Embora a divulgação da cultura escrita tenha sido objecto de uma grande expansão na Idade Moderna, por alfabetização pode compreender-se «a cultura letrada para as massas» (1993: 44), posto que ao alfabetizado das épocas moderna e contemporânea correspondia «um baixo padrão de cultura letrada» (*ibidem*). É por meados do século XX que a alfabetização passa a ser definida com base em anos de escolaridade. De uma e outra destas referências resultou por fim uma definição relativizada pela Unesco, «que caracterizava como alfabetizado todo o indivíduo que dispusesse das habilitações suficientes para participar nas actividades em que, para o grupo cultural a que pertencia, a alfabetização fosse necessária» (*idem*: 45-46). Fazer a história da alfabetização não é por consequência apenas acompanhar a evolução de uma taxa é «sobretudo perceber o modo como a variação dos conceitos de alfabetização e do sentido dos sistemas de educação determinou esse crescimento» (*idem*: 47). Neste sentido, Rui Ramos distingue escolarização de uma tradição alfabetizadora que integra as Escolas Móveis e as Campanhas de Alfabetização.

António Candeias, partindo de uma articulação entre as informações escritas e orais, tem-se centrado sobre a temática da escolarização da sociedade portuguesa e a sua relação com a longa duração das elevadas taxas de analfabetismo. De uma centração na

alargamento da rede escolar se processou basicamente por contiguidade territorial e por resposta a solicitações de núcleos sócio-culturais, já basicamente alfabetizados.

escolarização, designadamente no que se refere a dificuldades de acesso à escola, irregularidades de frequência e inovação pedagógica, tem procurado, através dos seus estudos mais recentes, acentuar que alfabetização e escolarização correspondem a processos pedagógicos e sócio-antropológicos distintos, pelo que traduzem e constituem representações igualmente distintas sobre a cultura escrita.

António Candeias tem vindo a realizar uma sistematização da informação contida nas fontes impressas oficiais, estabelecendo um ponto de partida para hipóteses compreensivas e explicativas em futuras investigações.⁸ O banco de dados que resultou da informatização das principais bases estatísticas traz um contributo relevante para um conhecimento sistemático da evolução dos processos de alfabetização e de escolarização da sociedade portuguesa a partir da segunda metade do século XIX. Os critérios de organização das informações deste banco de dados são expressos para que o leitor e o utilizador sintam segurança quanto à sua validade. De igual modo, há uma preocupação de conhecer os mecanismos e os objectivos de produção dessas mesmas fontes, incluindo os conceitos-base nelas adoptados.

As bases de dados apresentadas são o resultado de uma reelaboração da informação, mas são as tabelas de alfabetização, construídas a partir dos *Censos Populacionais*, que reflectem um labor mais apurado, tendo o autor elaborado tabelas com a população masculina e feminina total, alfabetizada e não alfabetizada, e posteriormente reelaborado tabelas para a população com mais de 10 anos, na totalidade, por géneros e por quinquénios. As bases de dados assim construídas permitem uma consulta em si mesmas e uma consulta interactiva: vertical; horizontal por taxas globais e por género; transversal. É porventura a consulta transversal por coortes populacionais que melhor ilustra o carácter interactivo e a flexibilidade das bases de dados agora apresentadas, como ilustra o autor para o escalão etário dos 10-14 anos, cuja evolução permite assinalar com mais relevo a importância da escolarização na evolução das taxas de alfabetização, face às Campanhas de Alfabetização. Assim, em final da década de 60 do século XX, a população portuguesa em idade escolar apresentava uma taxa de alfabetização próxima dos 100%, decrescendo as taxas de alfabetização numa proporção que se ajusta aos períodos de maior intensidade no

⁸ O inventário apresentado contém os 13 *Censos Populacionais*, correspondendo ao período compreendido entre 1864 e 1991, e as *Estatísticas da Educação* até 1998-1999. Entre 1875 e 1940, estas tabelas estatísticas foram publicadas com a designação de *Anuário Estatístico*.

cumprimento da escolaridade obrigatória, chegando a menos de 50% a taxa de alfabetização da população com mais de 35 anos.

5. Em consequência da estatalização e da regimentalização da instrução elementar, as questões do acesso à cultura escrita como base de uma cidadania passiva foram interpretadas no quadro de uma correlação entre instrução pública e alfabetização, podendo, no contexto do prolongamento pelo período contemporâneo de uma excepcionalmente baixa taxa de alfabetização, ser considerada realista a solução encontrada pelo Estado Novo em criar Postos Escolares, confiados a Regentes, como forma de multiplicar as oportunidades de acesso a esse limiar mínimo da cultura escrita. Com efeito, apesar das políticas favoráveis à alfabetização que caracterizaram as últimas décadas de governo da Monarquia e a Primeira República, as taxas de analfabetismo, mesmo entre os grupos etários em idade escolar, continuavam elevadas.

Como corolário desta articulação entre escolarização e alfabetização tinha-se desenvolvido uma outra linha de acção, articulando os cursos de adultos e as campanhas de alfabetização, designadamente para públicos e territórios onde a influência da escola continuava a não ser determinante. Da intensificação do Movimento das Escolas Móveis, em regime nocturno, sazonal, dominical, com a Primeira República, frequentadas por adultos e por crianças, às Campanhas de Alfabetização do Estado Novo, designadamente a Campanha lançada entre 1952-56 (já no contexto de uma aproximação forçada aos níveis de modernização e progresso da Europa de Sul e que encontra semelhança em muitos outros locais do Globo e regimes políticos), observa-se uma mesma reafirmação da tradição alfabetizadora, não necessariamente interpretada pelos sujeitos como forma de obter uma habilitação reconhecida, uma vez que muitos deles abandonavam a aprendizagem logo que sabiam ler e escrever. Da conjugação destes movimentos, cresceu aceleradamente a alfabetização das populações em idade escolar, aproximando-se da globalidade em finais da década de 60, mas já então um outro problema se levantava: o do iletrismo dos jovens e dos adultos que haviam sido escolarizados.

Os estudos longitudinais, centrados na alfabetização da sociedade portuguesa, como os estudos comparativos, com base nas fontes sistemáticas nem sempre se têm revelado consequentes, devido, em parte, às alterações de construção da informação ao longo do período em observação, à relatividade dos conceitos, à diferenciação dos

contextos espaço-temporais. No entanto, a base de informação facultada pelas fontes sistemáticas e oficiosas, avaliada a sua veracidade e a sua representatividade, permite, em si mesma e na sua correlação com as variáveis mais significativas dos processos de modernização económica, social, cultural, estabelecer pontos de vista e conclusões historiográficas relevantes como constructo científico, que habilita a compreender e explicar a realidade portuguesa na sua complexidade interna e no contexto mais amplo da Modernidade.

É de facto a partir do cotejo e da correlação dos produtos cientificamente elaborados que a história comparada da alfabetização ganha um novo alento, superando a improcedência da comparação de fontes e de dados de informação primários, originada pelos diferentes critérios de conceptualização e recolha da informação. Neste sentido, um contraponto às abordagens diacrónicas e unilineares, alargadas ao todo nacional, são as investigações contextualizadas, integrativas de uma constelação multivectorial que compreende cultura escrita/ alfabetização; desenvolvimento histórico; sociedade – quadros espaço temporais, referidos a territórios, grupos sócio-culturais, períodos históricos significativos, cuja estruturação em objecto de conhecimento científico tem dado origem a projectos de investigação e monografias, designadamente sob a forma de dissertações de mestrado (v.g. História Moderna e Contemporânea; História da Educação, Demografia Histórica). Esta abordagem, recriando a realidade na sua multidimensionalidade e na sua complexidade, como objecto epistémico contextualizado, aberta à interdisciplinaridade e ao cruzamento de informação, tem permitido conhecer de forma mais aprofundada alguns períodos, grupos sócio-culturais, e territórios particularmente significativos nos quadros dos mundos rural e urbano e nos contextos de modernização da administração, industrialização, urbanização, escolarização do Portugal Moderno e Contemporâneo.

Referências bibliográficas

CANDEIAS, António (1996). Ritmos e formas de alfabetização da população portuguesa na transição de século: o que nos mostram os Censos Populacionais compreendidos entre os anos de 1890 e 1930. *Educação, Sociedade e Culturas* n° 5; pp. 39-63.

(2000). Ritmos e formas de acesso à cultura escrita das populações portuguesas nos séculos XIX e XX: dados e dúvidas. In MARTINS, Raquel; RAMLHO, Glória &

COSTA, Armanda. *Literacia e sociedade – contribuições pluridisciplinares*. Lisboa: Editorial Caminho; pp. 209-263.

(2001). Processos de construção da alfabetização e da escolaridade: o caso português. In STOER, Stephen; CORTESÃO, Luísa & CORREIA, José Alberto. *A transnacionalização da educação – da crise da educação à “educação” da crise*. Porto: Editorial Afrontamento; pp. 23-89.

FERNANDES, Rogério (1993). Marcos do processo histórico da alfabetização de adultos em Portugal. *Colóquio Educação e Sociedade* n° 2; pp. 113-144.

RAMOS, Rui (1988). Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, vol. XXIV (103-104); pp. 1067-1145.

(1993). O método dos pobres: educação popular e alfabetização em Portugal (séculos XIX e XX). *Colóquio Educação e Sociedade* n° 2; pp. 41-68.

REIS, Jaime (1988). O analfabetismo em Portugal numa perspectiva comparada. In FERNANDES, Rogério & ADÃO, Áurea. *1º Encontro português de História da Educação – actas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; pp. 75-79.

(1993). O analfabetismo em Portugal no século XIX: uma interpretação. *Colóquio Educação e Sociedade* n° 2; pp. 13-40.